

Brasil tem pronta sua resposta

Brasília — O governo brasileiro já tem pronta uma resposta para a possível inflexibilidade dos credores da dívida externa do país, durante as negociações retomadas ontem: se eles insistirem na prorrogação por apenas 90 dias dos créditos de curto prazo, que se esgotam hoje, e na manutenção do **spread** (taxa de risco dos empréstimos) em 2%, o governo pode determinar a centralização do câmbio do Banco Central e, numa segunda etapa, até limitar e atrasar o pagamento dos juros. Essa estratégia foi confirmada por autoridades econômicas, em Brasília.

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, iniciou as negociações com uma orientação clara — com o respaldo inclusive do presidente Sarney: não aceitar o prazo de 90 dias de prorrogação das dívidas de curto prazo que os banqueiros concederiam sem dificuldades. E não fechar qualquer acordo nesses termos. Nos seus contatos com Brasília, dando conta da intransigência dos banqueiros, a orientação lhe foi enfaticamente reiterada.

O precedente brasileiro

O governo brasileiro usará os instrumentos de que dispõe, ou seja, até atrasos de pagamentos, caso a inflexibilidade leve a um impasse. Isto porque os responsáveis pela condução da questão da dívida externa estão certos de que o objetivo dos interlocutores de Bracher, com a intransigência que vêm revelando, é enfraquecer politicamente o outro lado.

A resistência a uma redução do **spread** para 1,25% (mesma taxa cobrada do México e da Argentina) e às propostas brasileiras quanto a prazos, tanto dos créditos de curto prazo, quanto da dívida vencida em 85 e a vencer em 86 e 87, é acima de tudo uma arma tática, no entender das autoridades econômicas brasileiras. A questão fundamental, que está por trás de tudo isto, acreditam, é o precedente que o Brasil está abrindo, ao desenvolver negociações e nelas

exigir regras menos draconianas, sem um acordo formal com o FMI.

No rastro desta inovação, outros países, com uma situação de liquidez externa bem menos favorável que o Brasil e que, em princípio, devem se submeter a um acordo regular com o Fundo Monetário Internacional, podem se sentir fortalecidos para exigir que a eles se estenda o mesmo tratamento.

Na hipótese de Bracher voltar sem nenhum acordo, a centralização do câmbio no Banco Central, que já foi adotada entre o segundo semestre de 82 e março de 83, seria necessária, segundo informantes da área econômica, para se evitar qualquer descontrole cambial e a especulação com divisas. Haveria uma fila organizada para os pagamentos, com o que se protegeriam mais as reservas cambiais. Se em função disto viessem retaliações atingindo as exportações brasileiras, por exemplo, o governo poderia mudar totalmente o comportamento que vem adotando até agora, de honrar os pagamentos dos juros.

É pouco provável, contudo, que se chegue ao impasse. O Brasil pode não obter a prorrogação por um ano dos prazos de curto prazo, como quer o governo, mas um período de 180 dias já seria aceitável. Há esperanças quanto à redução do **spread**. No que se refere ao prazo de 16 anos — sete de carência e nove anos para o pagamento — para a dívida vencida em 85 e a vencer em 86 e 87, pode-se aceitar contrapropostas dos banqueiros, um pouco menos confortáveis.

Para um auxiliar do presidente Sarney, é importante no meio disso observar que o Brasil está escudado numa posição do próprio FMI e do comitê assessor dos bancos credores, de que cada país devedor é um caso em particular. É o Brasil, lembra, mostra uma posição de saldo comercial invejável, que lhe dá o direito de exigir condições do **spread**, por exemplo, semelhantes às concedidas a outros países em piores situações.